

*1º Fórum Museus, Empresas e Associações de
Arqueologia*

Dinâmicas e Problemáticas Sociais na Gestão da Arqueologia em Portugal

18 Novembro 2014

Museu de Arte Pré-Histórica de Mação

O papel da Associação dos Arqueólogos
Portugueses e do seu Museu na Sociedade
Portuguesa (1863-2013)

José Morais Arnaud

- 1863 - Associação dos Architectos Civis Portugueses
- 1872 - Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes
- 1909 - Real Associação dos Archeologos Portugueses
- 1910 - Associação dos Archeologos Portuguezes

Sócios fundadores:

- Joaquim Possidónio Narciso da Silva
- João Pires da Fonte
- José da Costa Sequeira
- Feliciano de Souza Costa
- Paulo José Ferreira da Costa
- Valentim José Correia
- Veríssimo José da Costa
- Manuel José de Oliveira Cruz

Objectivos iniciais:

- união dos arquitectos
- afirmação da profissão de arquitecto
- defesa dos legítimos interesses profissionais dos arquitectos

A partir de 1864:

- abertura a todos os estudiosos e apreciadores de arquitectura, admitidos como sócios “amadores”
- criação de um “museu de antiguidades pertencentes à Arquitectura” para recolher objectos de belas-artes, arqueológicos ou monumentais, que se encontravam em estado de abandono, na capital ou em quaisquer terras do reino”

Sócios “Amadores”

- Consciente da necessidade de obter apoios para a causa do Património nos sectores mais destacados da Sociedade de então, Possidónio da Silva consegue o Alto Patrocínio de D. Fernando II, e convida para a AAP personalidades influentes do regime liberal, como:
- Duque de Saldanha (1864), Duque de Palmela (1865), Duque de Loulé (1875), Marquês de Souza Holstein (1864), Conde de Farrobo (1864), Visconde de Valmor (1864), António Augusto Aguiar (1865), entre muitos outros.
- Logo em 1864 foram, assim, admitidos 99 sócios, dos quais só 13 eram arquitectos, e em 1868 já havia mais de 200 sócios.

Objectivos da AAP em 1897

- A Presidência do Conde de S. Januário foi breve, mas decisiva: além de introduzir melhoramentos no Museu, definiu os seguintes objectivos:
- “Formular o inventário dos monumentos e objectos d’arte que devem ser apontados à acção vigilante do governo e ao culto estético do povo português;
- Estabelecer uma forte corrente de opinião que torne viável qualquer projecto que tenda a garantir eficazmente a guarda e conservação dos monumentos;
- Recolher para depois reunir num pensamento comum todos os alvitres e propostas que mais racional e mais particularmente concorram para realizar o fim que se pretende.

AAP e as primeiras listas de monumentos nacionais

- A primeira grande lista de sítios e monumentos a classificar foi elaborada pela Comissão dos Monumentos Nacionais, criada em 1881, presidida por Possidónio da Silva, e que integrava também outros sócios da AAP.
- Depois de reformulada por várias Comissões, essa lista foi finalmente publicada em Diário do Governo em 23 de Junho de 1910.

a AAP foi assim a primeira
associação
de defesa do património
do país

A AAP e a implantação da República

A Revolução de 1910 e a implantação do regime republicano decorreram de forma pacífica, sem afectarem a vida associativa

A ASSEMBLEIA GERAL de 7 de Novembro de 1910 apresentou de imediato os seus cumprimentos ao Presidente do Governo Provisório, Dr. Teófilo Braga, congratulando-se com o facto de se tratar de um eminente homem de letras

- Com o advento da I República, a AAP perdeu, é certo, o título de “Real” que lhe havia sido concedido pelo Rei D. Luiz, mas ganhou prestígio suficiente para congregar um grupo de arquitectos, arqueólogos, historiadores de arte, e outros cidadãos ilustres como Rosendo Carvalheira, José Pessanha, Adães Bermudes, Gustavo de Matos Sequeira, José Queiroz e dezenas de outros, espalhados pelo país, através dos quais foi definida e posta em prática pela República uma política coerente de defesa e valorização do património da nação, através das Comissões dos Monumentos, recentemente objecto de um estudo exaustivo por Jorge Custódio.



1913 - Grupo de dirigentes, sócios e convidados no 50º aniversário da AAP



1914 - Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga visita o Museu Arqueológico do Carmo

Secções de estudo em 1914

- Arqueologia pré-romana
- Arqueologia romana
- Arqueologia medieval
- Arqueologia da Renascença
- Numismática e sigilografia
- Paleografia, epigrafia e diplomática
- Conservação e restauração de monumentos
- Heráldica
- Arqueologia lisbonense

A AAP e o advento do regime Salazarista

- Com o fim da 1ª República e a implantação do regime salazarista deram-se profundas transformações na AAP:
- Estas reflectiram-se, logo em 1928, na alteração regulamentar, e na substituição gradual dos corpos gerentes, que passaram a integrar sobretudo personalidades mais conservadoras e próximas do novo regime.
- Verificou-se também numa gradual redução da actividade associativa: embora nos primeiros anos se mantivessem as sete secções de estudo, estas foram reduzidas em 1933 a duas: Pré-História e História

A AAP e o advento do regime Salazarista

- O golpe militar do 28 de Maio de 1926, a criação da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1929, e a instauração formal do “Estado Novo”, em 1933, após os sete anos da Ditadura, afastaram a AAP do processo decisório referente à gestão dos monumentos do país, que passou a ser efectuada pela DGEMN.
- A AAP foi assim remetida para funções de investigação e de consultoria arqueológica e histórica e de comemoração de efemérides passadas, nos termos dos Estatutos de impostos à AAP em 1933, por força da nova Constituição da República Portuguesa.

D. Fernando de Almeida e a “primavera marcelista”

- A chamada “primavera marcelista” coincidiu com a ascensão ao poder de D. Fernando de Almeida, já então Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses (cargo que exerceu até ao seu falecimento, em 1977), tendo chegado a ocupar em simultâneo os mais importantes cargos arqueológicos:
- Catedrático de Arqueologia e Director da Faculdade de Letras de Lisboa e, por inerência, Director do Museu Nacional de Arqueologia;



D. Fernando de Almeida e a “primavera marcelista”

- D. Fernando de Almeida, um prestigiado aristocrata liberal, teve um papel decisivo, ao abrir as portas das três instituições que dirigiu a uma nova geração de arqueólogos. Neste contexto, as portas da, até então, ultraconservadora AAP abriram-se aos alunos do Curso de História da Faculdade de Letras, que foram convidados a assistir às reuniões das Secções e mesmo às Assembleias Gerais;
- Mais tarde, após comprovarem em trabalhos de campo a sua aptidão profissional, muitos deles viriam a ser admitidos como sócios efectivos ainda antes do 25 de Abril: António Cavaleiro Paixão, José d'Encarnação, Victor dos Santos Gonçalves, Elisabeth Cabral, Luisa Abreu Nunes, Vitor Oliveira Jorge, Maria Maia, Manuel Maia, Luís Coelho, Manuela Alves Dias, Teresa Júdice Gamito, e eu próprio.

A AAP e a “Revolução dos Cravos”

- Tal como acontecera com a implantação da República, a readaptação ao regime democrático deu-se de forma relativamente tranquila na AAP.
- Após a saída da direcção dos elementos mais comprometidos com o regime, D. Fernando de Almeida assegurou a transição para o regime democrático até ao seu falecimento em 1977, integrando nos corpos gerentes alguns arqueólogos mais jovens e envolvidos no PREC.
- O 25 de Abril teve como consequência uma maior independência da AAP em relação aos poderes públicos: com o corte dos subsídios do Estado e da autarquia que até então asseguravam a subsistência da AAP .

A AAP e a “Revolução dos Cravos”

- Coube ao Dr. Eduardo da Cunha Serrão, um esclarecido arqueólogo amador (no melhor sentido!), que nunca exerceu quaisquer cargos públicos nesta área, dar continuidade à abertura às novas gerações iniciada por D. Fernando de Almeida na AAP.
- Entre os seus discípulos, contam-se, além do signatário, Vitor Oliveira Jorge, Susana Oliveira Jorge, António Martinho Baptista, Manuela Martins, Francisco Sande Lemos, Teresa Marques, Mário Varela Gomes, e tantos outros jovens interessados em Arqueologia Pré-histórica, que com ele haviam partilhado a verdadeira epopeia que foi o estudo e a tentativa de salvamento da arte rupestre do Tejo, submergida por uma barragem cuja construção, iniciada em 1971 e concluída em 1973, não foi possível sustentar.

A AAP e a “Revolução dos Cravos”

- Após a realização do 1º Plenário dos Arqueólogos Portugueses, promovido pela AAP, que decorreu em 29 de Junho de 1974 no Ateneu Comercial de Lisboa, ao longo de mais de 12 horas, pelo qual passaram a maior parte dos 150 arqueólogos então existentes no país, foi criada uma “Comissão Coordenadora” encarregada de reorganizar a actividade arqueológica em Portugal, na qual estavam representadas as mais diversas sensibilidades políticas e regionais (tinha 15 elementos!).
- Nesse plenário foi defendido que se devia fazer *tabua rasa* das instituições arqueológicas existentes, todas mais ou menos comprometidas com o regime salazarista, e criar de raiz um Serviço Nacional de Arqueologia (SNA) e uma carreira de arqueólogo.

A AAP e a “Revolução dos Cravos”

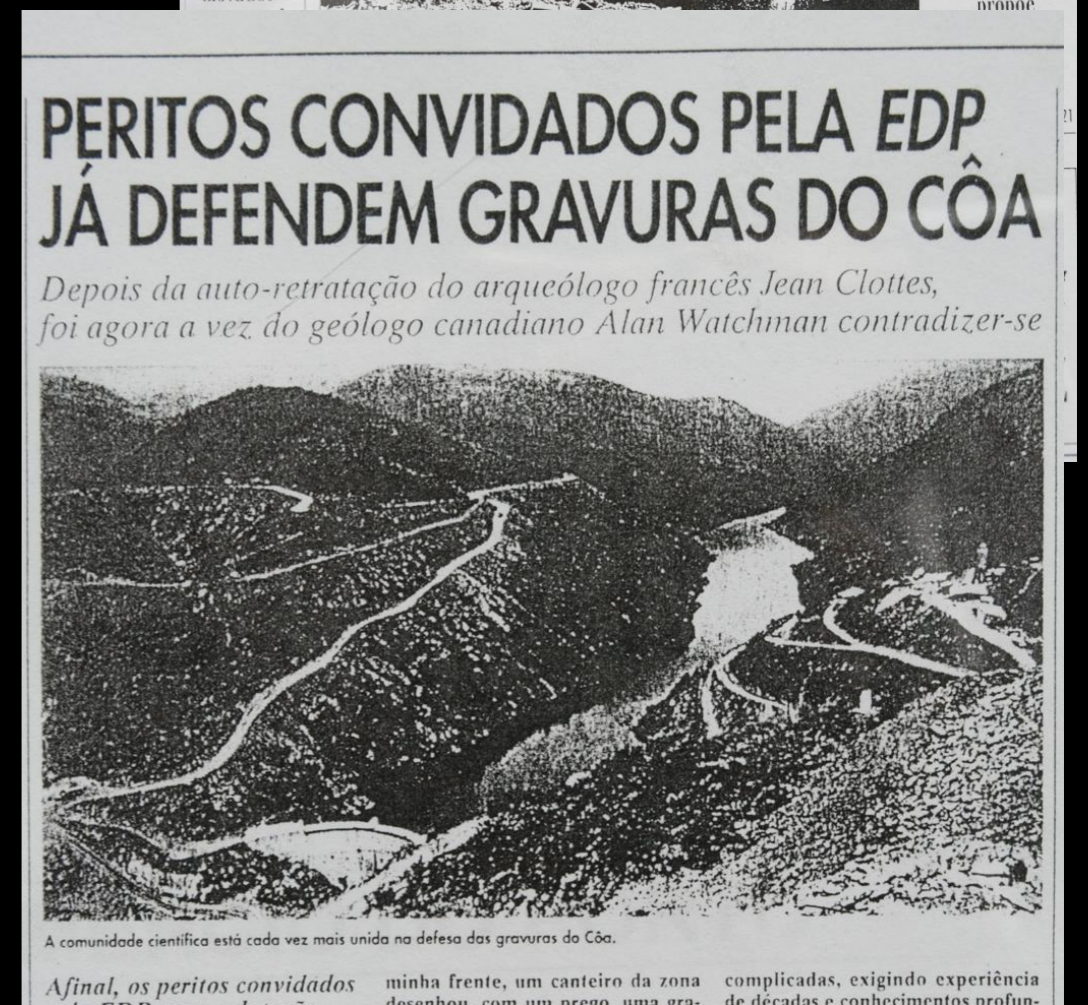
- Abandonada à sua sorte, devido ao corte de subsídios do Estado e da autarquia, a AAP deve a sua actual sobrevivência à maior rentabilização do edifício histórico do Carmo.
- Esta situação, embora obrigue a uma gestão muito cuidadosa dos recursos disponíveis, tem a grande vantagem de permitir uma maior independência em relação aos poderes públicos, sempre que o património cultural é posto em risco pelos Estado, pelas empresas públicas, ou pelas autarquias.

A AAP nos últimos 20 anos

- Nos últimos 20 anos, a AAP foi confrontada com duas situações de grande gravidade para o património cultural do país:
- O risco de destruição do mais importante complexo de arte rupestre ao ar livre da Europa pela construção de uma barragem no vale do Côa;
- O risco de destruição do que resta da antiga Igreja do Convento do Carmo, em Lisboa, sede da própria AAP, pela construção de duas linhas do Metropolitano de Lisboa.

A “Batalha” do Côa

- Em 1994, perante a ameaça de destruição, por submersão, do complexo de arte rupestre do Vale do Côa, a AAP, procurou mobilizar todos os seus associados, a imprensa e a opinião pública no sentido de criar um movimento a favor da preservação das gravuras, mesmo que isso implicasse a não conclusão da construção, entretanto já iniciada, de uma barragem que era apresentada pelo Governo e pela EDP como absolutamente essencial para o equilíbrio energético do país.



A “Batalha” do Côa

- A AAP pôs, assim, todo o seu prestígio e os seus escassos recursos financeiros ao dispor dos principais activistas a favor das gravuras do Côa, sócios da AAP : Vitor Oliveira Jorge, João Zilhão, Mário Varela Gomes, António Martinho Baptista, João Pedro Ribeiro, António Monge Soares, e tantos outros, vencendo a 1ª grande batalha da Cultura contra o betão !



Visita do Eng.º António Guterres às gravuras de Penascosa, em Março de 1995. Foto V. O. Jorge.



Arqueólogos e jornalistas no Congresso de Turim, Setembro de 1995: da esq. para a direita, S. O. Jorge; repórter da SIC; S. Reevell; J. Zilhão; V. Marcelino. Foto V. O. Jorge.



OS VESTÍGIOS PALEOLÍTICOS do Côa em debate no congresso de Turim
ARQUEÓLOGOS REUNIDOS EM CONGRESSO INTERNACIONAL

Barragem do Côa é tema polémico

Formas de boicote
Este pedido, segundo a ar-
EDP, vão ser debatidos neste

A “Batalha” do Carmo

- Subitamente, em Maio de 1995, quando a obra já estava em curso, a AAP teve conhecimento de que o subsolo da antiga igreja do Carmo iria ser atravessado não por um, mas por dois túneis das novas linhas do metropolitano, que se cruzariam a cerca de 20m de profundidade.



Guterres toma iniciativa de visitar ruínas do Carmo

Movimento de opinião foi «fundamental» «O METRO NÃO REAGIU MAS EU REAGI DEPRESSA»

«HOUVE, no passado, intervenções com maior efeito desestabilizador do que a do Metropolitano.» Esta a apreciação final do Primeiro-Ministro, António Guterres, depois de uma curta visita efectuada esta manhã às ruínas do Convento do Carmo. Fazendo-se acompanhar por João Cravinho, ministro do Equipamento Social, Guterres não quis, contudo, pronunciar-se sobre o eventual nexó de causalidade entre as obras do Metropolitano e a recente degradação do estado de conservação do monumento. Questionado sobre o silêncio mantido pelos responsáveis do metro — e apenas quebrado numa entrevista que «A Capital» hoje publica na página 16 — durante a campanha a favor do monumento realizada pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), tutora do imóvel, Guterres preferiu dizer que esse não seria, com certeza, o timbre da actuação governamental: «O metro não reagiu mas eu reagi depressa», adiantou.

Escutando-se nos pareceres técnicos que lhe foram transmitidos ao longo da visita, Guterres não quis tecer quaisquer afirmações que levem a responsabilizar directamente as obras do Metropolitano pelos danos sofridos no Carmo. «Fogem-lhe», no entanto, algumas palavras que poderão ser interpretadas como desconfiança face a essa possibilidade, quando afirma que «houve inter-

venções (em estabelecimentos comerciais da Rua do Carmo), que, porventura terão tido maior efeito desestabilizador do que a do próprio Metropolitano.»

Palavras que levam a admitir, ainda que muito pequena, uma desconfiança relativa sobre os efeitos da primeira passagem da «Mania Lisboa» sob os terrenos do Carmo.

«Quando fui alertado para o risco de que as obras do Metropolitano poderiam estar a pôr em causa as ruínas do Convento do Carmo, imediatamente pedi para me deslocar ao local e analisar a situação», adianta Guterres defensor da teoria de que, no entanto, os problemas do Carmo possam ser «bem mais antigos.» «Todas as medições que se fizeram revelam que a intervenção do metro tem uma influência muito reduzida, o que não quer dizer que não haja problemas de estabilidade.»

O chefe de Governo mostrou-se «tranquilizado» pelo facto de

«todos esses problemas, e não apenas os decorrentes do metro, estarem agora a ser detectados e de estarem preparadas as intervenções de consolidação da estrutura.»

Opinião «fundamental»

Questionado sobre os efeitos do movimento público de defesa do Carmo, o Primeiro-Ministro classificou-o de «extremamente útil» e «fundamental e decisivo»,

«tudo que «há males que vêm por bem».

Paz ainda não chegou

Para os arqueólogos, esta visita pode não significar mais do que isso mesmo: uma visita. Tudo porque ainda se mantêm reticentes quanto ao destino futuro do Convento do Carmo.

«Ao longo de todo este processo houve uma subestimação dos riscos e do valor deste edifício», explicou ainda hoje a

estão a ser tomadas as medidas de acompanhamento da situação.»

A AAP preferia que as obras de escoramento, injeção de fissuras, consolidação de brechas, impermeabilização de capelas e arranque dos trabalhos de exploração arqueológica fossem iniciadas apenas depois de assinado o contrato. Mas os técnicos do Metropolitano já iniciaram os trabalhos de impermeabilização provisórias das capelas do Car-

Monge Soares, engenheiro químico, especialista em conservação do património.

«Não queremos ter nesta comissão uma acção puramente passiva. Não contem com isso», explicou José Arnaud.

No espaço da nave principal do convento vão ser efectuadas três perfurações com dez centímetros de diâmetro cada uma e com uma profundidade de 20 metros.

Durante a visita, a AAP ofere-



Guterres visita as ruínas do Convento do Carmo por iniciativa própria, contrariando a postura silenciosa que os técnicos do metro assumiram ao longo de todo o processo



José Arnaud, presidente da AAP, e o novo representante dos arqueólogos nas reuniões técnicas de acompanhamento da situação do Carmo, António Monge Soares

RESPOSTA A ACUSAÇÕES DA U.E.

GOMES DA SILVA ABRE INQUÉRITO A SUBSÍDIOS

O ministro da Agricultura, Fernando Gomes da Silva, assinou ontem um despacho determinando à Inspeção-Geral do Ministério um inquérito exaustivo aos factos apontados em Dezembro do ano passado pelo Tribunal de Contas da União Europeia, que acusava as autoridades portuguesas de má gestão dos fundos comunitários de apoio ao sector agrícola e quase condenava a agricultura ao desaparecimento.

Nesse relatório do Tribunal de Contas da UE dirigido ao Parlamento Europeu, e referente a projectos apresentados entre 1988 e 1993, eram apontadas inúmeras irregularidades que

sem o qual a tecnocracia corria

mo. Receio manifesto nos even- ceu e António Guterres uma

Carmo serve de exemplo MINISTRO DA CULTURA CRIA COORDENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL

O Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, garantiu, esta manhã, que fará tudo para conseguir «uma maior coordenação na tutela do património imóvel para que os problemas como os que surgiram no Convento do Carmo possam ser resolvidos com clareza e rapidez». O ministro afirmou ainda que os trabalhos para consolidação e limpeza do Convento do Carmo e do Museu de Arqueologia poderão começar brevemente. Esta declaração foi proferida durante um debate promovido na manhã de hoje, nas ruínas do Carmo, pelo Metropolitano de Lisboa e pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Manuel Maria Carrilho referiu que o seu ministério acompanhou os problemas surgidos com o convento desde o princípio. «Só não estive no Parlamento no debate que houve sobre o assunto por estar ausente do País em representação oficial do Governo na República da Guiné-Bissau.»

O ministro manifestou-se «contente» com o modo como tudo se resolveu. Um sinal de que o diálogo resolve os problemas difíceis.

Antes da intervenção do ministro falaram alguns peritos em geotecnia e patologia de edifícios, explicando qual é a situação e o que está a ser feito em relação ao Convento do Carmo.

Teixeira Trigo referiu que estão a ser instalados milhares de



Manuel Maria Carrilho, ministro da Cultura, e José Arnaud, presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, hoje de manhã nas ruínas do Carmo

aparelhos de medição na zona do edifício. «Neste momento está a ser feito o controlo da instrumentação de modo a intervir, se necessário, nas rachas existen-

tes, ou em futuras que venham a surgir, com injeção de caldas.» E para que os problemas não se agravem será feita a impermeabilização das estruturas.

Acreditou que existe um estudo já feito desde o Verão passado para efectuar o escoramento do portal sul, à base de madeiramentos e sustentos metálicos, que será posto em prática. «Vamos também substituir as madeiras apodrecidas das janelas, bem como os vidros partidos para evitar entrada de água», acrescentou aquele técnico.

Outro interveniente, Marinha das Neves, diz que a «ameaça» da abertura do segundo túnel é mínima e que não será sentida pelo edifício. «A única altura de risco é o momento em que o túnel está ainda escorado pelas aduelas provisórias», referiu, mas acrescentou que esse é um «risco disponível» para o qual os responsáveis da obra estão atentos.

O deputado Eurico de Figueiredo esteve nas ruínas do Carmo a assistir a esta discussão pública, congratulando-se com os resultados conseguidos. Mostrando-se satisfeito com a iniciativa, o deputado autor do inquérito parlamentar salientou ser seu desejo que «este espírito continue» uma vez que «as questões colocadas pelos deputados tiveram uma resposta pronta e adequada».

Presentes também no debate estiveram Santos Machado, do Metropolitano de Lisboa, e Machado Rodrigues, vereador da Câmara. Os dois concordaram que o metropolitano é importante para a cidade, tendo o vereador salientado que «só desta forma, se conseguirá afastar os automóveis da Baixa».

A “Batalha” do Carmo

- AAP viu-se, assim, obrigada a alertar a opinião pública para a situação, lançando uma campanha na comunicação social para assegurar que tudo iria ser feito no sentido de preservar um monumento de tão grande importância histórica e patrimonial.

A CAPITAL

Propriedade da MEDIPRESS Sociedade Jornalística e Editorial, Lda.

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICIDADE: Av Infante D. Henrique, 334 - 1802 LISBOA CODEX - Telex: 854 20 00 - Telex: 12386 - Telex: 853 14 27 (Redacção) e 853 08 71 (Publicidade) - End. Teleg: Acapital - DELEGACÃO DO PORTO: Rua João Diniz, 825-9ª Esq. - 4050 Porto - Telex: 600 03 3940 - Telex: 606 66 64.



13/2196

Graças à intervenção do então Primeiro-Ministro, António Guterres, o *Metropolitano de Lisboa* assinou em 8 de Fevereiro de 1996 um contrato com a AAP pelo qual se comprometia a minimizar os impactes da obra sobre a Ruínas do Carmo, e se responsabilizava por qualquer dano causado a este Monumento Nacional, quer durante a fase de construção, quer durante a fase de exploração da obra.



A AAP e a defesa e valorização do património

- O Estudo, defesa e valorização do património constituíram desde sempre uma preocupação dos dirigentes da AAP, desde as suas origens até aos nossos dias. Nesse sentido, a AAP tem promovido, com alguma regularidade, a realização de inúmeras reuniões temáticas abrangendo todas as vertentes do património arqueológico e arquitectónico.



A AAP e a defesa e valorização do património

- O Estudo, defesa e valorização do património constituíram desde sempre uma preocupação dos dirigentes da AAP, desde as suas origens até aos nossos dias. Nesse sentido, a AAP tem promovido, com alguma regularidade, a realização de inúmeras reuniões temáticas abrangendo todas as vertentes do património arqueológico e arquitectónico.

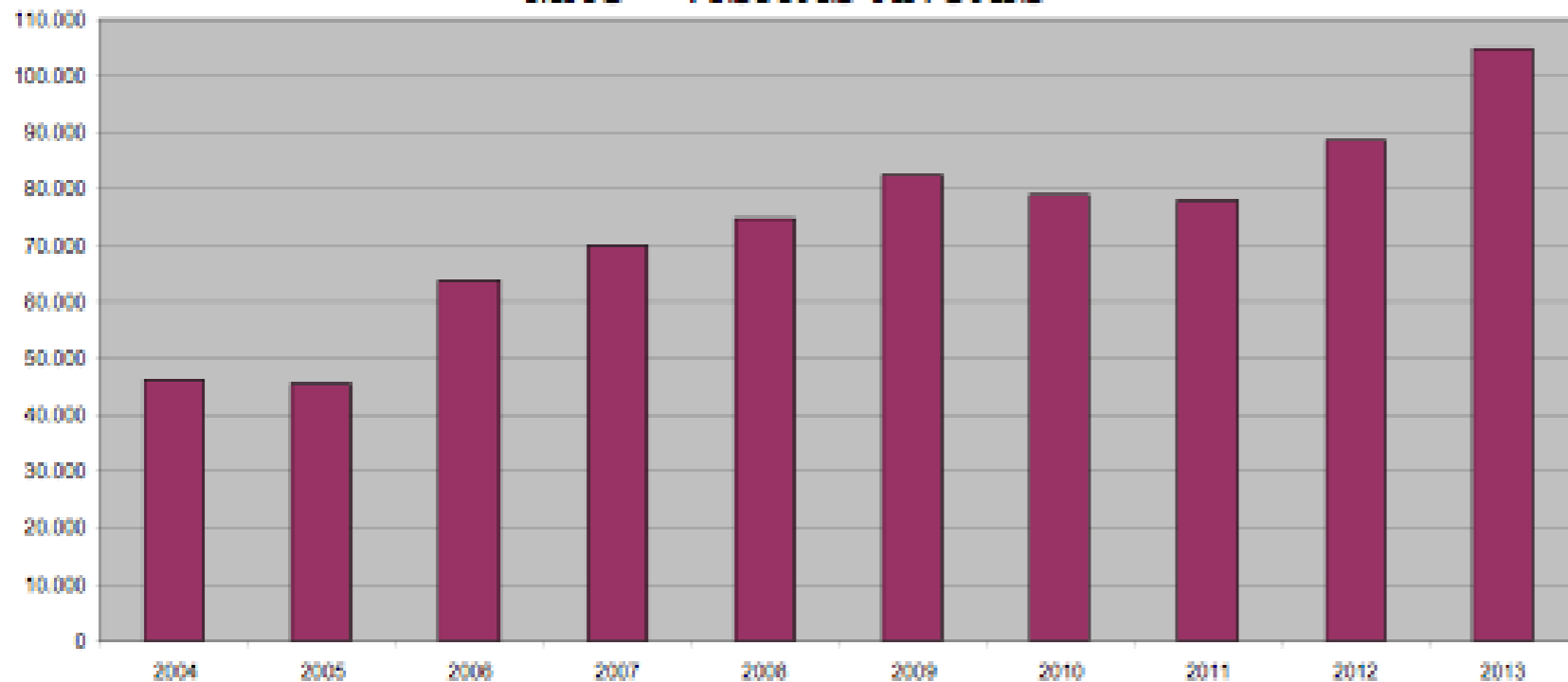


A remodelação do Museu Arqueológico do Carmo

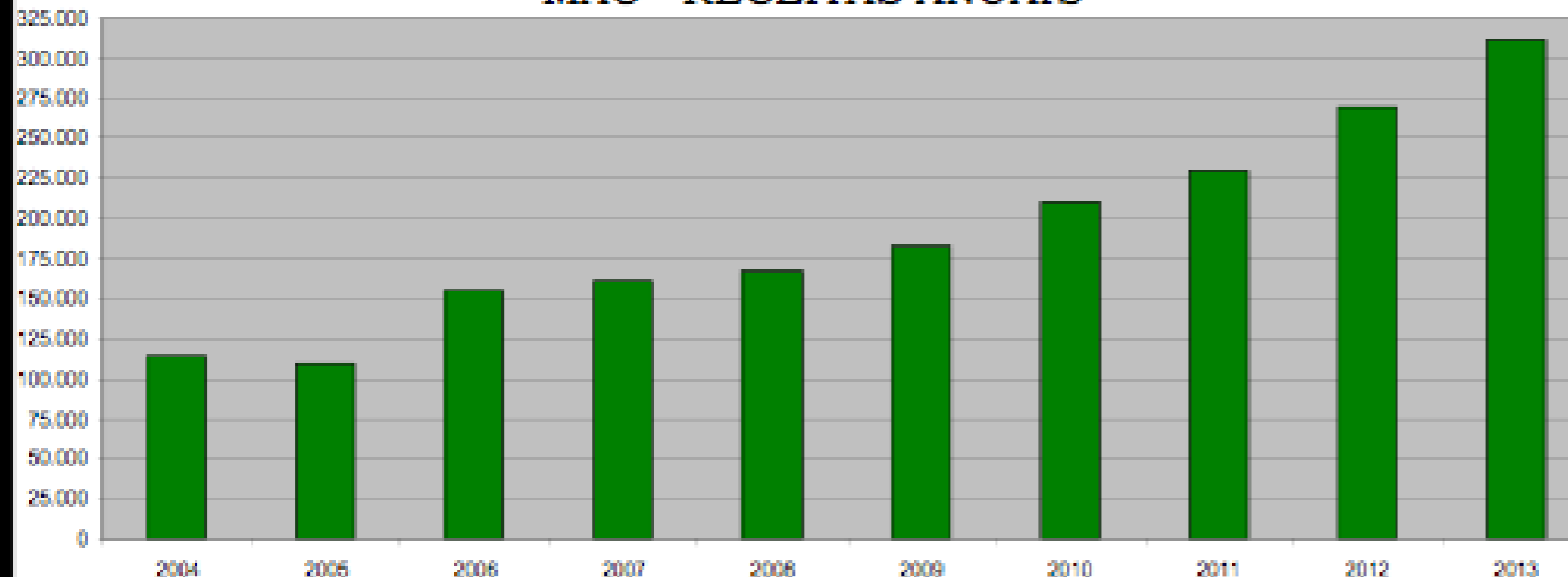
- Após o encerramento forçado e a desmontagem do Museu Arqueológico do Carmo, entre Outubro de 1995 e Dezembro de 1999, por razões de segurança, devido às obras do metropolitano, o ano 2000 foi marcado pelas obras de recuperação de pavimentos e coberturas, e pela remontagem completa do Museu.



MAC - VISITAS ANUAIS



MAC - RECEITAS ANUAIS



- Desde a sua reabertura, em 2001, o Museu passou de 20.000 a mais de 120.000 visitantes, o que é um motivo de orgulho e assegura a independência e sustentabilidade financeira da AAP.

O papel do Museu Arqueológico do Carmo (MAC)



- O MAC desempenha assim um papel fundamental na estratégia de comunicação com o público português, que passou de uns meros 5% a aos actuais 15% do total de visitantes, devido à acção do Serviço Educativo que, apesar de contar só com duas técnicas, tem desenvolvido programas destinados às diversas classes etárias e níveis de escolaridade, desde o pré-primário à universidade.

O papel do Museu Arqueológico do Carmo (MAC)



- Esta acção desenvolve-se em torno da afirmação da identidade cultural do país, a partir das personalidades e acontecimentos marcantes da História de Portugal, estreitamente ligados ao edifício e ao acervo do MAC, como o Santo Condestável, o Terramoto de 1755 e o 25 de Abril de 1974.

O papel do Museu Arqueológico do Carmo (MAC)

DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS EDUCATIVOS

**13 E 14
ABRIL**

por
Luís Costa

**MUSEU ARQUEOLÓGICO DO CARMO
LISBOA**

2ª Edição

Mais informações:

TERRAFIRME
www.terrafirme.com.pt
terrafirmepatrimonio@gmail.com

CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA
<http://www.caa.org.pt/>
c.arqueo.alm@gmail.com

Organizado por:



TerraFirme



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

Com o apoio de:



MAC Museu
Arqueológico
do Carmo



© J.M.Arnaud

- A fim de captar novos públicos, o MAC, em colaboração com outras entidades, organiza com regularidade seminários, cursos livres, exposições de artes plásticas e concertos abertos a todos os interessados, que tem sido muito bem acolhidos pela população.

O papel do Museu Arqueológico do Carmo (MAC)



- A fim de captar novos públicos, o MAC, em colaboração com outras entidades, organiza com regularidade exposições de artes plásticas, seminários, cursos livres, e concertos abertos a todos os interessados, que tem sido muito bem acolhidos pela população.

A Festa da Arqueologia e a educação patrimonial



- Além das reuniões de carácter científico, a AAP tem promovido várias edições da Festa da Arqueologia, em colaboração com outras instituições, destinadas ao público em geral, atraindo milhares de visitantes, as quais se revestem da maior importância para a sensibilização das populações para a importância do Património Cultural.

A Festa da Arqueologia e a educação patrimonial



- Além das reuniões de carácter científico, a AAP tem promovido várias edições da Festa da Arqueologia, em colaboração com outras instituições, destinadas ao público em geral, atraindo milhares de visitantes, as quais se revestem da maior importância para a sensibilização das populações para a importância do Património Cultural.

A Festa da Arqueologia e a educação patrimonial



© J.M.Arnaud

A Festa da Arqueologia e a educação patrimonial



A AAP rumo ao futuro

- Embora a AAP tenha sido originariamente uma associação de classe (de architectos civis), desde muito cedo enveredou para a defesa, estudo e valorização do património arquitectónico e arqueológico, numa altura em que o Estado não havia ainda assumido as suas responsabilidades nesta matéria.
- Tendo em consideração a actual tendência para uma redução cada vez maior da intervenção do Estado em todos os sectores da sociedade, teme-se que a área do património cultural venha a ser ainda mais afectada do que é actualmente.
- Assim, a missão futura desta centenária associação não será, na sua essência, muito diferente da definida por Possidónio da Silva em 1864 e sobretudo da defendida pelo Conde S. Januário em 1897, embora adaptada aos tempos actuais.

Comemoração dos 150 anos da AAP



A recente realização de um vasto programa de comemorações, culminando no I Congresso da AAP, no qual participaram mais de 260 arqueólogos, são um sinal de esperança para o futuro da mais antiga associação de defesa do património do país !

Comemoração dos 150 anos da AAP



A recente realização de um vasto programa de comemorações, culminando no I Congresso da AAP, no qual participaram mais de 260 arqueólogos, são um sinal de esperança para o futuro da mais antiga associação de defesa do património do país !